

NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 16/Dez



cntv@terra.com.br | (61) 3224-1658 | www.cntv.org.br | Edição 3314- Ano 2024



CASO GOCIL

NOVO ADIAMENTO FAZ COM QUE SOLUÇÃO PARA OS TRABALHADORES FIQUE PARA O ANO DE 2025

PELA QUINTA VEZ ASSEMBLEIA DA GOCIL É REMARCADA. AGORA SERÁ EM 13/02/2025



Mais uma vez o Plano de Recuperação Judicial da Empresa Gocil (Grupo Handz) teve sua votação adiada. Pela quarta vez, a Assembleia de votação que aconteceria de forma online foi adiada.

Apesar do quórum adequado para votação, após o início da assembleia, os representantes jurídicos de um dos credores habilitados no processo, alegaram que não conseguiram finalizar as tratativas iniciadas anteriormente para a cessão de crédito entre credores.

Conforme o §9º do art. 56 da Lei de Recuperação Judicial, o prazo para votação dos Planos de Recuperação Judicial, devem ocorrer

dentro do prazo de 90 dias, com o adiamento para o dia 16/12/2024, já estaríamos excedendo um dia, mas por ser domingo, não haveria problema. Agora, a credora em questão, fez nova solicitação de dilação do prazo para o dia 13/02/2025, isto é, excedendo em mais 59 dias, totalizando 150 dias (ou 5 meses), mas segundo a empresa, se for acordado pela maioria em votação, o adiamento poderia ser feito, fato de pronto, confirmado pelo presidente da Assembleia.

A votação sobre o adiamento foi feita e acatada por mais de 96% dos presentes.

Portanto, nova assembleia foi remarcada para o dia 13/02/2025, às 10h, fato que dificulta mais uma vez a vida dos trabalhadores que tem valores a receber neste processo.

O adiamento da votação deste Plano de Recuperação Judicial, além de já conter perdas para os trabalhadores com suas defasagens financeiras propostas, está cada vez mais longe de alcançar quem realmente precisa.

**NÃO AO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.
NÃO AO PLANO DA GOCIL**

Fonte: CNTV

Em defesa dos trabalhadores terceirizados: uma luta constante!



Como deputado distrital pelo Partido dos Trabalhadores, tenho orgulho de estar ao lado dos trabalhadores terceirizados, uma categoria que cresce e se consolida como peça fundamental na nossa sociedade. Esses profissionais atuam em áreas essenciais, garantindo o funcionamento do setor público e privado, muitas vezes em condições que demandam maior proteção e valorização.

Foi com essa visão que lutei e conquistei leis importantes para proteger esses trabalhadores. Uma delas é a Lei do *Anti-Calote*, que obriga os órgãos públicos a criarem um fundo de garantia para assegurar o pagamento dos terceirizados caso as empresas falhem em suas obrigações. Além disso, conseguimos aprovar a regra que determina a permanência dos mesmos trabalhadores quando há troca de empresa contratada, garantindo estabilidade

e dignidade a quem depende do seu trabalho para sobreviver.

Mas não paramos por aí! Quero anunciar mais uma frente de luta como presente de fim de ano para essa categoria tão batalhadora: estamos propondo uma norma para que as empresas só possam mudar os terceirizados de função mediante justificativa clara e documentada. Essa medida busca evitar abusos e oportunismos, protegendo os trabalhadores contra mudanças arbitrárias que muitas vezes desrespeitam seus direitos.

Minha luta é e sempre será por mais justiça e respeito aos trabalhadores. O compromisso do nosso mandato é construir um futuro mais digno para todos que constroem a sociedade com seu suor e dedicação. Vamos juntos!

FONTE: ASSESSORIA CHICO VIGILANTE



COMUNICADO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O SINDVIGILANTES-PI, COMUNICA A TODOS OS VIGILANTES ASSOCIADOS E MEMBROS DAS CATEGORIAS DE TRABALHADORES E EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SERVIÇOS ORGÂNICOS DE SEGURANÇA ELETRÔNICA DO ESTADO DO PIAUÍ, PARA PARTICIPAR DE UMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, CONFORME EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO DIA 17 DE OUTUBRO DE 2024.

ANDRÉ DE SOUSA LIMA - PRESIDENTE
Teresina 15, de dezembro 2024

Terça-Feira 17/12 ÀS 19:00H

Pautas do Dia:

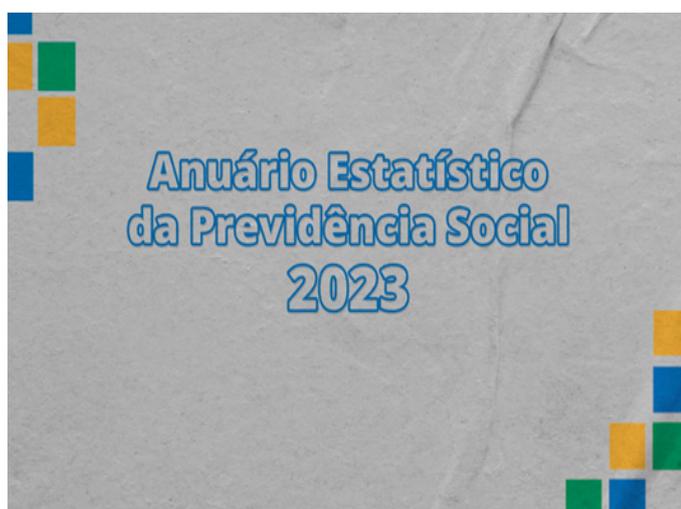
I - INFORMAÇÕES SOBRE A CAMPANHA SALARIAL DE 2025;
II - OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE DA CATEGORIA.

Rua Climério Bento Gonçalves N° 97
Bairro - São Pedro - Teresina-PI




Anuário Estatístico da Previdência Social 2023 já está disponível para consulta

Em comparação a 2022, a publicação registrou um aumento de 14,4% na concessão de benefícios pelo INSS



O Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) 2023 já está disponível no portal do Ministério da Previdência Social (MPS) o Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) de 2023. O AEPS é uma publicação anual que contém os grandes números relacionados ao RGPS, benefícios assistenciais e especiais administrados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Nesta 32ª edição da publicação, os dados

mostram que houve aumento de 14,4% no número de concessões de benefícios em relação a 2022. Em 2023, foram concedidos 5,964 milhões de benefícios pelo INSS, sendo 5,159 milhões do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e 804,1 mil assistenciais (BPC/LOAS). Esse dado significa que, em média, foram concedidos mais de 23,8 mil benefícios em cada um dos 250 dias úteis de 2023, ou mais de 49 benefícios por minuto.

Os benefícios do RGPS representaram 86,5% do total das concessões, enquanto os benefícios assistenciais representaram 13,5% do total de benefícios concedidos pelo INSS.

	2022	2023	Varição
TOTAL	5.212.580	5.964.265	14,4%
BENEFÍCIOS DO RGPS	4.521.753	5.159.696	14,1%
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	690.663	804.138	16,4%

O benefício do RGPS mais concedido foi o Auxílio-doença (2,579 milhões), o que representou 43,2% do total das concessões.

No entanto, foi observada uma queda de 18,4% na concessão das Aposentadorias por Tempo de Contribuição (ATC). Em 2023, foram concedidas 246,045 mil ATC – 55,8 mil benefícios a menos do que no ano anterior. Os homens foram responsáveis por 60,8% (148,7mil) das concessões, enquanto as mulheres, por 39,1% (95,8 mil). A maioria das aposentadorias por tempo de contribuição foram concedidas para segurados com idades entre 55 e 64 anos.

Cessados - Os dados do AEPS mostram que, em 2023, 4,064 milhões de benefícios foram cessados, um aumento de 4,4% em relação a 2022. A maioria das cessações está relacionada ao retorno ao trabalho (43,3%), morte (22,9%) e cessação automática (28,6%).

Benefícios Assistenciais – O AEPS 2023 mostra que foram concedidos 803,964 mil benefícios assistenciais, sendo 434,5 mil para

portadores de deficiência e 369,4 mil para idosos. O crescimento observado em relação a 2022 foi de 16,4% (+113,5 mil).

Benefícios Ativos - Em dezembro de 2023 havia 39,238 milhões de benefícios ativos, o que representou um valor líquido de R\$ 71,824 bilhões. Benefícios ativos são aqueles que estão no cadastro e geram créditos mensais para pagamento. A quantidade de benefícios ativos no INSS cresceu 4,4% em relação a 2022, sendo que os benefícios do RGPS cresceram 3,3% e os assistenciais 11,1%.

Do total de benefícios ativos, 74,2% (29,100 milhões) eram urbanos e 25,8% (10,137 milhões), rurais.

O benefício mais frequente na base do INSS é a Aposentadoria por Idade (12,631 milhões), seguida da Pensão por Morte (8,421 milhões) e a Aposentadoria por Tempo de Contribuição (6,894 milhões).

Contribuintes - No total, em 2023, foram registrados 77,862 milhões de contribuintes, sendo 41,451 milhões homens, 36,282 milhões mulheres. As variações em relação a 2021 foram de 1,6% para o total, 1,7% para homens e 1,4% para mulheres.

Acidentes de Trabalho

O Anuário Estatístico de Acidentes do Trabalho (AEAT) de 2023 também está disponível no site do MPS. A publicação traz informações detalhadas sobre os acidentes do trabalho registrados em todo o Brasil, estados e municípios.

Os dados são divididos de acordo com a Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE) dos empregadores, os grupos de idade e sexo do trabalhador acidentado, além do quantitativo mensal registrado no país. A partir dessa edição, foram incluídas as ocorrências de acidentes do trabalho classificados pelo Código Brasileiro de Ocupação (CBO).

FONTE: INSS

Boas práticas em contratações públicas é tema de seminário realizado pela Central de Compras do Ministério da Gestão

Evento, realizado nesta terça-feira (10/12), em Brasília, reuniu autoridades, gestores, servidores públicos e especialistas para debater inovações em contratações governamentais



Abertura do 2º Seminário de Boas Práticas em Contratações Públicas contou com a presença de autoridades do Ministério da Gestão e de órgãos convidados. Foto: André Corrêa

A Central de Compras da Secretaria de Gestão e Inovação (Seges), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), reuniu, nesta terça-feira (10/12), servidores, gestores públicos e especialistas no 2º Seminário de Boas Práticas em Contratações Públicas. O evento, realizado de forma híbrida, teve o objetivo de promover troca de experiências entre os entes municipais, estaduais e federais, e discutir inovações no campo das contratações governamentais.

O secretário-executivo adjunto do MGI, Adauto Modesto, representou a ministra Esther Dweck no evento e destacou o papel das contratações públicas para o fortalecimento das capacidades estatais e o desenvolvimento do país nas dimensões social, econômica e ambiental. “Essa rede de contratações públicas oportuniza ao ministério executar melhor a sua missão institucional mais importante que é o desenvolvimento de capacidades estatais que permite ao estado, nas suas diferentes dimensões, executar adequadamente as políticas públicas”.

Como exemplo de boa prática nas contratações públicas com impacto social positivo para além do ganho de eficiência e economicidade para o estado, o secretário citou a compra e entrega de cestas básicas para povos indígenas em situação de insegurança alimentar na região norte do país e apontou ainda o desafio da sustentabilidade ambiental e desenvolvimento econômico regional que podem ser impulsionados pelas contratações.

“No momento, nós temos um plano de transformação ecológica, por exemplo, que vai requerer contratos de geração de energia renovável. São contratos que podem gerar produção de painéis fotovoltaicos do outro lado do mundo, ou podem ser produzidos aqui no Brasil. Essa é uma escolha que cabe a nós e precisamos ter instrumentos adequados que garantam efetividade das contratações, transparência e todos os princípios já consagrados numa compra pública, mas que tenham o olhar de desenvolvimento local, com benefícios para o conjunto da nossa população”, explicou Adauto.

O novo olhar sobre as contratações públicas foi destaque na fala do superintendente de política industrial da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fabrício Silveira. “Estou honrado e feliz por esse momento do país. De olhar novamente para a potência que é esse instrumento das compras públicas direcionado para o processo de desenvolvimento sócio, econômico e ambiental do país. Todas as grandes economias do mundo direcionam as suas compras para levar a sociedade os elementos fundamentais para o progresso”, celebrou Silveira.

A mesa de abertura do evento contou ainda com a participação da secretária executiva da Controladoria-Geral da União (CGU), Eveline Brito, da secretária adjunta de Serviços Compartilhados (SSC) do MGI, Isabella Gebrim, da diretora da Central de Compras (Seges/MGI), Lara Brainer, e da secretária adjunta de Gestão e Inovação (Seges/MGI), Kathyana Buonafina, que, na sequência, proferiu palestra no painel “A importância da inovação nas compras públicas”.



Painel abordou o uso da tecnologia da informação e da inteligência artificial nas compras governamentais. Foto: André Corrêa

Novas práticas em contratações

Kathyana destacou que inovação nas compras públicas implica em planejar e fazer diferente para gerar impacto positivo na sociedade. “O MGI tem trabalhado as contratações públicas de uma forma diferente, na perspectiva de usar o poder de compra do estado para levar impactos positivos para a sociedade. Para além daquela compra individual, ou contratação de um bem ou serviço, proporcionando desenvolvimento nacional sustentável nas dimensões econômicas, ambientais e sociais. Hoje essa é uma diretriz, um princípio e um objetivo também da nova lei de licitações”, reiterou.

Durante o painel, Kathyana apresentou dois exemplos de inovação no âmbito da regulamentação da nova lei de licitações (14.133/21). O decreto de garantia trabalhista nos contratos de mão de obra exclusiva na Administração Pública Federal e o decreto que reserva cotas nos contratos de terceirização de 8% das vagas para as mulheres em situação de violência doméstica.

“Olhar para uma forma diferente de contratações é impactar a vida das pessoas.

Por isso, estamos aqui, compartilhando boas práticas e novas formas de se fazer, associadas aos princípios que já colocamos em prática, como eficiência, economicidade, transparência, entre outros”, explicou Buonafina.

Perspectivas e gestão de compras

Ao longo do dia, especialistas e gestores públicos debateram temas centrais como a Inteligência Artificial nas contratações públicas, a sustentabilidade como pilar estratégico, e os desafios da gestão de risco e compliance. O seminário também contou com uma palestra da Central de Compras, que apresentou as mais recentes atualizações normativas e inovações implementadas no sistema de compras governamentais.

“O processo de compras públicas exige transparência, integridade, estudos técnicos preliminares, servidores bem capacitados e conhecimento profundo das leis que regem o assunto. Sou favorável à criação de Centrais de Compras para que assim o processo de compras públicas saia de uma área meio e passe a estar numa área finalística”, destacou a diretora da Central de Compras, Lara Brainer.

Além das palestras e painéis, o evento também foi marcado por momentos de reconhecimento de boas práticas, premiando iniciativas que têm contribuído significativamente para a melhoria da gestão pública no país. O seminário reforçou o papel das compras públicas como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento do país, promovendo a transparência, a eficiência e a inovação no setor.

O 2º Seminário Boas Práticas em Compras Governamentais se consolida como um espaço essencial para o debate e o compartilhamento de soluções que impactam diretamente a qualidade das contratações públicas no Brasil.

FONTE: MINISTERIO DA GESTÃO

23ª reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente define novas regras de segurança e saúde no trabalho

A CTPP aprovou importantes atualizações nas Normas Regulamentadoras (NRs), incluindo mudanças em barragens de mineração, setor calçadista e uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI)



Foto: Allexandre Silva / MTE

Sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), foi realizada, no dia 11 de dezembro, a 23ª Reunião da Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP). Composta por representantes dos empregadores, trabalhadores e governo, a CTPP desempenha um papel fundamental na prevenção de acidentes e doenças do trabalho, além de contribuir para a atualização e aprimoramento das Normas Regulamentadoras (NRs) do MTE.

A CTPP determinou a proibição imediata da permanência de trabalhadores em Zonas de Autosalvamento (ZAS) de barragens de mineração construídas com rejeitos a montante. Além disso, foi estabelecido um prazo de 60 meses para a atualização das novas regras para as barragens de rejeitos a jusante, mantendo-se, durante esse período, o texto atual da Norma Regulamentadora (NR) 22 em relação às proibições e exceções de trabalhos nas ZAS das barragens existentes.

Outra decisão importante da CTPP foi a confirmação de que não haverá prorrogação do prazo para adequação do setor calçadista às normas da NR-12, especialmente no que se refere ao anexo X, que estabelece os requisitos de proteção para as máquinas do setor. A norma entra em vigor a partir de 2 de janeiro de 2025.

Quanto ao uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), foi realizada uma harmonização das legislações pertinentes, incluindo a Portaria MTP 672/21 e a NR-6, que estava desatualizada. A atualização estabelece as novas regras para a emissão do Certificado de Aprovação (CA) por estabelecimento.

Os participantes da CTPP também definiram que as questões relativas à revisão das Normas Regulamentadoras 9 e 15, que abordam a saúde e segurança dos trabalhadores expostos a produtos químicos, serão discutidas no primeiro trimestre de 2025. Além disso, foi aprovada por consenso a possibilidade de utilização de tanques não metálicos acoplados à estrutura de geradores em edifícios, que poderão ser fabricados com materiais alternativos para diesel e biodiesel, conforme estabelecido no anexo III da NR-20.

Segundo Rogério Silva Araújo, diretor de Segurança e Saúde no Trabalho do MTE e vice-presidente da CTPP, houve avanços significativos em todas as discussões. Ele destacou as definições relacionadas às barragens, Equipamentos de Proteção Individual, máquinas para fabricação de

calçados e a obrigatoriedade do cabinamento das máquinas de pavimentação. “E para 2025, foram definidas pautas importantes para a segurança e saúde dos trabalhadores, que necessitam de atualização e revisão de normas solicitadas tanto por parte dos trabalhadores quanto dos empregadores.”

Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP)

A Comissão Tripartite Paritária Permanente (CTPP) é o fórum oficial do governo federal dedicado à discussão de segurança e saúde no trabalho, com ênfase nas Normas Regulamentadoras (NRs). Sua principal função é fomentar o diálogo social, visando a melhoria das condições e do ambiente de trabalho no Brasil.

Atualmente, a CTPP é regida pelo Decreto nº 11.496, de 19 de abril de 2023, que substituiu o Decreto nº 10.905, de 2021. Presidida pelo secretário de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, a comissão conta com a participação das representações dos trabalhadores e empregadores, além de representantes dos Ministérios da Previdência Social, Saúde, Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO).

FONTE: MTE

Mutirão Renegocia!, para negociação de dívidas, começa na segunda-feira (16)

Coordenada pela Senacon, iniciativa oferece condições especiais para consumidores endividados com bancos, empresas de serviços de água, luz e telefonia, com atendimento on-line e presencial nos Procons estaduais

Foto: Banco de Imagem



A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), promove, a partir desta segunda-feira (16), a 2ª edição do Renegocia! Mutirão de Negociação de Dívidas. Desenvolvida em parceria com os Procons e outros órgãos de defesa do consumidor, a iniciativa tem como objetivo ajudar a população na prevenção e tratamento do endividamento. O mutirão, coordenado pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, vai até 17 de janeiro de 2025.

Neste período, os consumidores terão a oportunidade de renegociar débitos com instituições financeiras, empresas de telefonia, fornecedoras de água, energia elétrica, entre outros setores. O programa oferece condições especiais, como descontos em juros, prazos ampliados para pagamento e opções de parcelamento.

Além disso, as negociações podem ser realizadas de forma on-line, pelo portal Consumidor.gov.br, ou presencialmente, nos Procons e demais órgãos de defesa do consumidor participantes.

Como participar

Acesso on-line: Por meio do portal Consumidor.gov.br, onde é possível consultar dívidas e negociar diretamente com as empresas.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Atendimento presencial: Para quem prefere atendimento físico, é necessário verificar se o Procon local está participando do mutirão. Procons de todas as unidades da Federação aderiram à iniciativa.

Impacto social e econômico

Segundo a Confederação Nacional do Comércio, cerca de 80% das famílias brasileiras têm algum tipo de dívida. Esse mutirão representa um esforço conjunto para aliviar esse cenário, permitindo que as famílias reorganizem suas finanças e melhorem seu bem-estar econômico.

Entre os principais benefícios estão:

- Condições vantajosas para quitação de débitos;
- Facilidade no acesso às negociações, tanto online quanto presencial;
- Maior educação financeira, promovendo consumo responsável no futuro.

Parceria com os Procons

O envolvimento dos Procons reforça a credibilidade do programa, garantindo um atendimento qualificado e próximo da realidade de cada consumidor. Além disso, a atuação conjunta de diferentes órgãos potencializa o alcance e a efetividade da ação.

Edição especial

O mutirão ocorre em um momento estratégico, o final do ano, quando muitos brasileiros recebem o 13º salário, e no início de 2025, tradicionalmente dedicado à organização das finanças. Essa é uma chance de começar o ano com o pé direito, deixando as dívidas no passado.

Nesta edição, terão prioridade na negociação os consumidores vítimas das enchentes do Rio Grande do Sul, moradores ribeirinhos da Região Norte do País, povos originários e mulheres chefes de família.

Para mais informações, consulte o site Consumidor.gov.br ou verifique se o Procon da sua cidade está participando.

FONTE: MJSP

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF